



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATANTE (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG)

ITENS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA (item: 34) e COTA RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (itens: 18 e 19).

O Município de Bom Repouso-MG /MG, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 18.312.983/0001-67, com sede na Rua Coração de Jesus, nº 170, Bairro – Centro - Bom Repouso-MG – MG - CEP 35.534-000, isento de inscrição estadual, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, por intermédio da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, devidamente constituída através da Portaria nº 150, de 01 de março de 2024, torna público que realizará **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1640 de 12 de abril de 2023, Lei Complementar nº 123/06, e demais normas pertinentes, com o objetivo de **Registro de preço para futura e eventual aquisição de carnes para atender à necessidade das escolas municipais e demais secretarias de Bom Repouso-MG. Estabelecem também normas gerais e específicas sobre a entrega dos produtos, forma de pagamento e especificações**, forma de pagamento, especificações dos produtos, segundo especificação constante no Termo de Referência (Anexo X), parte integrante deste Edital, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “BBMNET - <https://novobbmnet.com.br/>”, as propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 911.339,57 (Novecentos e onze mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos)

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

10/01/2025 às 17h:30min

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

24/01/2025 às 08h:30min

ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA

24/01/2025 às 08h:50min

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES

23/01/2025 às 09h:00min

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/01/2025 às 09h:00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

DO FUNDAMENTO:

1.1. Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG, Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, por meio do Setor de Licitações, com sede na Alameda José Brandão, 348, Centro, Bom Repouso-MG, Minas Gerais, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal 1640 de 12 de abril de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é o Registro de preço para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL para atender à necessidade das escolas municipais e demais secretarias de Bom Repouso-MG. Estabelecem também normas gerais e específicas sobre a entrega dos produtos, forma de pagamento e especificações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão todos os interessados do ramo de atividades pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes neste Edital e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras Eletrônico utilizado pela Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG ("BBMNET - <https://novobbmnet.com.br/>").

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento na plataforma em tempo hábil, antes do horário fixado no Edital para o encerramento de recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5- Poderão participar deste pregão quaisquer empresas que:

3.6 - Estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e anexos;

3.7 - Comproven possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital;

3.8 - A presente licitação destina-se **em parte** para à participação de **MICROEMPRESA – ME e EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, em conformidade com o Inciso I, Art. 48 da Lei nº. 147 de 07 de agosto de 2014, exceto nos itens de ampla concorrência selecionados no item 3.15 do edital, senão vejamos:

"I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)".

3.9 – Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no **âmbito municipal e regional**, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica;

3.10 – Poderão participar da presente licitação toda e qualquer pessoa jurídica enquadrada nos termos da Lei nº.147/2014 e que atenda todas as exigências do presente Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos com a elaboração e apresentação da proposta;

3.11 – Somente será admitida a participação neste certame, de pessoas jurídicas enquadradas nos termos Inciso I, Art. 48 da Lei nº.147 de 07 de agosto de 2014, que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



3.12- Caso não haja um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, será aberta a participação no certame de empresas de médio e grande porte.

3.13 - Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em "BBMNET - <https://novobbmnet.com.br/>".

3.14 - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3.15 – DA AMPLA CONCORRÊNCIA (ITEM - 34).

3.15.1- Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas (Ampla Concorrência, item: 34) do ramo pertinente e compatível com o objeto licitado, com as seguintes ressalvas:

3.16 - Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

3.17 - Comproven possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital;

3.18 – Aplica-se a este edital o critério de preferência regional ou local nos termos da Lei 123/2006, tendo em que vista que, nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica;

3.19 - Conforme disposto artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada cota (itens: 18 e 19) no percentual de (até) 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo a ser adquirido, assegurada preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007.

3.19.1 - Para a cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, a proposta de preços, de que trata o Capítulo X, deverá ser apresentada separadamente da cota principal.

3.20 - Não havendo vencedor para a **cota reservada**, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da **cota principal**, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

3.21- Não poderão disputar esta licitação:

3.21.1- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.21.2- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.21.3- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.21.4- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.21.5- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.21.6- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.21.7- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.21.8- Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.21.9- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.21.10- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



3.21.11- O impedimento de que trata o item 3.21.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.21.12- A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.21.2 e 3.21.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.21.13- Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.21.14- O disposto nos itens 3.21.2 e 3.21.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.21.15- Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.21.16- A vedação de que trata o item 3.21.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da plataforma "BBMNET - <https://novobbmnet.com.br/>".

4.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG /MG, Agente de Contratação denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do portal BBMNET, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições, constantes das regras aplicáveis à matéria.

4.3. As comunicações prévias à sessão de disputa de lances, referentes ao certame serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG, em www.bomrepouso.mg.gov.br; no site do portal "BBMNET - em <https://novobbmnet.com.br/>", ou publicadas no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM. As demais condições constam no presente edital e seus anexos.

4.4. As dúvidas pertinentes a presente licitação será esclarecida pelo Pregoeiro, sito à Alameda José Brandão, 348 , Centro, Bom Repouso-MG /MG, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone (35) 3949-0503, ou ainda, através do e-mail: licitacao@bomrepouso.mg.gov.br.

4.5. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

DO CREDENCIAMENTO, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao portal BBMNET, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do portal.

5.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao portal, nem à Administração, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



- 5.6. A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços e inserção dos respectivos documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.
- 5.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 5.8. É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.
- 5.8.1. A desclassificação de que trata o subitem 5.8, não ocorrerá nos casos em que for solicitado a inserção de planilhas, fichas técnicas, catálogos ou outros elementos, e esses terem sido anexados pela licitante sendo fabricante e a marca ofertada sendo o seu nome empresarial.
- 5.9. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.10. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.11. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.11.1. cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 5.11.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.11.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#); (ANEXO V)
- 5.11.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#); (ANEXO V)
- 5.11.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (ANEXO V)
- 5.12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.13. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.14. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.12 ou 5.14 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.17. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, o Pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.
- 5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. Sobre tudo o andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "BBMNET - <https://novobbmnet.com.br/>", que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.
- 5.19. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



5.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sendo que o registro da proposta pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições do Edital, inclusive com relação às quantidades, aos prazos, forma de entrega dos produtos, forma de apresentação de declarações e documentos de habilitação.

6.2. A licitante deverá observar o descritivo do item, constante deste edital e seus anexos, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus anexos, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.

6.3. Cabe ao licitante se inteirar dos dados indispensáveis a apresentação da proposta, sendo que os preços a serem propostos deverão cobrir quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre a execução do objeto deste certame ou quaisquer dificuldades inerentes.

6.4. Nos preços deverão estar incluídos todos os custos necessários à entrega dos produtos licitados na forma estabelecida neste edital, incluindo todos os tributos incidentes, taxas ou despesas adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega (quando for o caso), transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem, quando for o caso, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos produtos.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

6.9. A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.

6.10. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.11. Os licitantes deverão ofertar preços de mercado para os produtos, sendo opcional à Administração verificar por meio de diligências, eventuais superfaturamentos ou discrepâncias nos preços obtidos na licitação e desclassificar as propostas inadequadas.

6.12. No preenchimento da proposta eletrônica deverão obrigatoriamente ser informadas no campo próprio as marcas e modelos dos produtos ofertados e os valores unitários e totais (com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula). A não inserção destas informações neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. Exceto nos casos de serviços, no qual não é exigido a apresentação de marca e modelo.

6.13. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

6.14. As licitantes deverão ANEXAR à sua proposta eletrônica em campo próprio no portal BBMNET, e, se for o caso, catálogo, manual técnico, prospecto, folder, folheto e/ou cópia da página do site do fabricante do produto ofertado, compatível(is) e adequado(s) à especificação, em português ou traduzidos, devendo este(s) ser(em) igual(is) ou superior(es) ao descrito no Termo de Referência do Edital, incluindo a especificação de marca e modelo e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas. A não apresentação dos catálogos poderá acarretar na desclassificação do item e/ou da proposta. **Quando for exigida a apresentação de catálogo e demais documentos, será informado no Termo de Referência.**

6.15. A cotação de duas marcas/modelos para o mesmo item acarretará na desclassificação do licitante para o lote.

6.16. A marca e modelos ofertados no portal deverão ser os mesmos do catálogo sob pena de desclassificação do lote.

6.17. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.18. Ficará sujeita à aplicação das penalidades, a licitante que deixar de apresentar os documentos solicitados neste edital, ou apresentá-los de forma defeituosa, desde que constatada a má fé.

6.19. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;



6.20. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre Preço na execução do contrato.

6.21. O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará na desclassificação da proposta.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio eletrônico, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9 Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens/lotes da mesma licitação.

7.9.1 Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o Pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de itens/lotes selecionados fora da ordem sequencial.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "aberto", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens/lotes anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.10.4 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



7.17 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

7.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2.2 empresas brasileiras;

7.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



- 8.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).
- 8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o previsto neste edital.
- 8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, que trata sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.
- 8.7 Para o julgamento das propostas, será considerado o critério de MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM.
- 8.7.1 Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO.
- 8.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.8.1 contiver vícios insanáveis;
- 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.9 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.9.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.12 **DAS AMOSTRAS (QUANDO APLICÁVEL)**
- 8.12.1 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.12.2 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.12.3 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.12.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.12.5 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.13 **DA ESPECIFICAÇÃO DE MARCAS**
- 8.13.1 Caso o Termo de Referência especifique marcas referências (em número não inferior a três – justificativa no ETP), o licitante classificado em primeiro lugar ficará obrigado a oferecer uma das marcas, **ou marca similar**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13.2 Caso a empresa licitante ofereça o objeto pela marca própria, deverá constar "própria" no campo para indicação de marca.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



8.13.3 Caso apresente **marca similar** o Pregoeiro, julgando necessário, poderá requerer a comprovação da efetiva similaridade, a fim de se certificar da adequação entre o objeto oferecido pelo licitante e as condições técnicas exigidas no edital, devendo o licitante possuir meios de comprovar a similaridade da marca, por meio de ficha técnica oficial, laudos, amostras etc.

8.13.3.1 É facultado aos licitantes interessados manifestarem-se sobre a prova de similaridade.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral emitido pelo município de Bom Repouso-MG, em situação válida, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.1.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação, que não estejam contemplados no registro cadastral emitido pelo Município de Bom Repouso-MG, deverão ser encaminhados pelo licitante, via sistema eletrônico, após convocação, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

9.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA – REGISTRO CADASTRAL

9.2.1.1 Pessoa física (se admitida a participação no Termo de Referência): cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.2.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.3.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



9.3.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.1.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4 QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA

9.4.1.1 Pessoa Jurídica - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor dasede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II.

9.4.1.2 Nos termos do artigo 69, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021 a empresa licitante deverá apresentar balanço patrimonial, com a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

9.4.1.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.4.1.3.1 - Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da proponente para o fornecimento do objeto licitado, que comprove atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto licitado.

9.5 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.]

9.5.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.6 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.6.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.7 No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Departamento de Licitações, por Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o [art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

9.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

9.11.1 A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.11.3 O Pregoeiro, motivadamente, poderá, caso julgue conveniente para o melhor atendimento do interesse público, com vistas a favorecer a competitividade no certame, aplicar o Acórdão 1.211/2021 do TCU.

9.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



9.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, podendo o Pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10

DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação do licitante vencedor, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado para a autoridade superior que poderá:

12.1.1 determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades

12.1.2 revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3 proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4 **adjudicar o objeto e homologar a licitação.**

12.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tomando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1 Findo o procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços com a Administração nos moldes da minuta constante do Anexo IX deste edital, quando assim a lei o exigir.

13.2 Se o licitante vencedor não comparecer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



13.3 Não assinando o licitante vencedor a nota de empenho, ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item anterior, reservar-se-á ao Município de Bom Repouso-MG o direito de convocar os licitantes remanescentes, aplicando-se o disposto no [artigo 90 da Lei n.º 14.133/2021](#).

13.4 O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.5 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência.

13.6 O fornecedor deverá garantir a substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações. E na sua substituição a reposição deverá ser por outro com especificações técnicas iguais ou superiores, e com aprovação técnica.

13.7 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.

13.7.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

13.8 Previsão contratual de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio:

13.8.1 Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, quando a CONTRATADA poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

13.8.2 O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, e sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice IPCA-E.

13.8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.8.5 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.8.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.8.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.8.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8.9 O reajuste será registrado por apostilamento.

13.8.10 A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o [art. 6, LIX da Lei nº 14.133/2021](#) deverá ser precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

13.8.11 O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis – observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção) não serão considerados para concessão de reequilíbrio.

13.8.12 No pedido de reequilíbrio não serão considerados como comprovantes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis documentos tais como folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção).

13.9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.9.1 Os recursos financeiros destinados à execução do objeto desta licitação correrão à conta das Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Educação e Desenvolvimento Social através das seguintes dotações orçamentárias:

- Administração Ficha – 0042 – 02.03.01.04.122.0001.2.004.339030

- Educação: Ficha: 0320 – 02.05.03.12.361.0006.2.030.339030

- Educação: Ficha: 0321 – 02.05.03.12.361.0006.2.030.339030

- Educação: Ficha: 0322 – 02.05.03.12.361.0006.2.030.339030



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



- Educação: Ficha: 0323 – 02.05.03.12.365.0006.2.027.339030
- Educação: Ficha: 0324 – 02.05.03.12.365.0006.2.027.339030
- Educação: Ficha: 0325 – 02.05.03.12.365.0006.2.027.339030

- Educação: Ficha: 0326 – 02.05.03.12.365.0006.2.028.339030
- Educação: Ficha: 0327 – 02.05.03.12.365.0006.2.028.339030
- Educação: Ficha: 0328 – 02.05.03.12.365.0006.2.028.339030
- Educação: Ficha: 0329 – 02.05.03.12.365.0006.2.029.339030
- Educação: Ficha: 0330 – 02.05.03.12.365.0006.2.029.339030
- Educação: Ficha: 0331 – 02.05.03.12.365.0006.2.029.339030
- Educação: Ficha: 0332 – 02.05.03.12.365.0006.2.029.339030

- Saúde: Ficha: 0390 – 02.06.01.10.301.0009.1.034.339030

- Assistência Social: Ficha: - 0487 - 02.07.01.08.244.0010.20.49.339030

- 13.9.2** Para os exercícios subsequentes, até o término do prazo contratual, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária específica nas respectivas Leis Orçamentárias, em conformidade com o Plano Plurianual.

DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO

- 14.1** Os produtos deverão ser entregues semanalmente em cada escola (zona Rural e urbana) ou no local indicado na autorização de fornecimento e de acordo com o cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais setores.

- 14.2** A entrega deverá ser realizada em estrita conformidade com as disposições do Termo de Referência.

- 14.3** O Município de Bom Repouso-MG /MG reserva-se o direito de não receber no todo ou em parte o material entregue desacordo com o previsto neste instrumento convocatório.

DO PAGAMENTO

- 15.1** A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG /MG, somente quando solicitada pela Divisão de Contratos, oportunidade em que deverá indicar, na nota fiscal, o código de serviço adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação.

- 15.2** O atesto do gestor na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento desta.

- 15.3** A CONTRATADA deverá realizar as devidas retenções na Nota Fiscal, no que couber.

- 15.4** A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

- 15.5** Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

I – será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória;

- 15.6** A Prefeitura compromete-se a efetuar o pagamento até o 30º (trigésimo) dia a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Compras, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

- 15.7** No caso do não pagamento da nota fiscal até o 30º (trigésimo) dia, por culpa exclusiva do Município, será efetuada a atualização monetária do 31º (trigésimo primeiro) dia até a datada efetiva quitação, para tanto fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do



efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada pro rata die, em observância ao que dispõem a Lei n. 14.133/2021;

15.8 Ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes no Decreto Municipal n.º 1702/2023, na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal, os seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:

I - os órgãos da Administração Pública Municipal Direta;

II - as autarquias;

III - as fundações municipais;

15.9 Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte, os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e artigo 3º do Decreto Municipal n.º 1702 de 29 de setembro de 2023.

15.10 A condição de imunidade e isenção das Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei n.º 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e das Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei n.º 9.532, de 1997 será declarada pela entidade apresentando documento constante nos anexos I e II do Decreto Municipal n.º 1702/2023, ambos em conformidade com a Instrução Normativa RFB N.º 1234 de 11 de janeiro de 2012.

15.11 A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" nos termos do artigo 59, §49, alínea "a" da Resolução CGSN n.º 140/2018.

15.12 Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal 1.873 de 01 de setembro de 2023, sob pena de não aceitação.

DAS SANÇÕES E PENALIDADES

16.1 Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, comete infração administrativa o licitante ou contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 Para os responsáveis pela prática das infrações administrativas previstas no item acima serão aplicadas as sanções administrativas: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Bom Repouso-MG e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3 ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

16.4 MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do Pregão Eletrônico e compreenderá:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.5 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Município poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



16.6 Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

16.7 Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o Município inscreverá o valor em dívida ativa.

16.8 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Município de Bom Repouso-MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;

16.9 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

16.10 É admitida a reabilitação da credenciada perante o Município, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

16.11 Além das penalidades citadas, a(s) CONTRATADA ficará (ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição (ões) no Cadastro de Fornecedores do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

16.12 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração, a(s) CONTRATADA(S), conforme o caso, ficará (ão) isentas das penalidades mencionadas.

16.13 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

16.14 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

16.15

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Os Responsáveis pelo recebimento serão os servidores Paulo Henrique da Silva, Fabíola Aparecida Brandão, Laís Brandão Andrade Marques e Viviane Aparecida dos Santos, fiscais do contrato. A conferência da qualidade dos itens será a cargo de técnicos que atuam nas Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Educação, Desenvolvimento Social.

17.1 Será de responsabilidade do Fiscal dar recebimento provisório dos serviços, que procederá a conferência e verificação das quantidades e sua conformidade com as especificações neste Edital e da legislação de regência.

17.2 Constatadas irregularidades na execução, a Contratada será notificada e a Contratante poderá:

17.2.1 se disser respeito à quantidade de serviço executado, especificação, vícios de qualidade, funcionamento ou impropriedade para uso, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



das penalidades cabíveis;

17.2.2 na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

17.2.3 se disser respeito à diferença de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.2.4 Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, serão encaminhados os fatos ocorridos à autoridade superior, para apuração e responsabilização.

17.3 Caso não haja qualquer improbidade explícita, será emitido o Termo de recebimento que comprove a exatidão da prestação de serviços, para posterior apresentação de nota Fiscal, pela Contratada, para fins de pagamento.

17.4

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1 O inteiro teor deste edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.bomrepouso.mg.gov.br.

18.2 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.4 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

18.4.1 Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, podendo, para tanto, ser utilizado o site oficial do município, www.bomrepouso.mg.gov.br; ou serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da plataforma "BBMNET - <https://novobbmnet.com.br/>".

18.4.2 As impugnações cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, deverão ser fundamentadas e dirigidas ao Pregoeiro Oficial, podendo ser protocolizadas junto à Equipe de Apoio, situada na Alameda José Brandão, 348, Centro, Bom Repouso-MG, no horário das 12:00 às 17:00 horas, ou enviadas via postagem, ou ainda, por meio do site oficial do município, www.bomrepouso.mg.gov.br, ou ainda, serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da plataforma "BBMNET - <https://novobbmnet.com.br/>".

18.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.7 As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site oficial deste município, bem como no portal BBMNET, para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

DOS PADRÕES ÉTICOS

19.1 Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação.

19.2 Para a execução do contrato objeto deste processo, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou administrativas, ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele relacionado, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 A participação neste certame implica a aceitação integral e irrevogável dos termos do Edital.

20.2 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



- 20.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial deste município, www.bomrepouso.mg.gov.br, bem como no site de realização do certame “BBMNET - <https://novobbmnet.com.br/>”.
- 20.11** O aviso do edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros/AMM-MG endereço <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>, em jornal de circulação, afixado no mural de avisos da Prefeitura municipal e divulgado no portal da Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG, www.bomrepouso.mg.gov.br.
- 20.12** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Bom Repouso-MG, Estado de Minas Gerais.

ANEXOS

- 21.1** São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS;

Anexo III.1 – sem os benefícios da Lei Complementar Federal 123/06 alterado pelas Leis Complementares 147/14 e 155/16, ou

Anexo III.2 – com os benefícios da Lei Complementar Federal 123/06 alterado pelas Leis Complementares 147/14 e 155/16, observado o Art. 4º da Lei Federal 14.133/21.

ANEXO III.2 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À PROPOSTA ECONÔMICA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 63, § 1º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA / CONTRATO, OU PELO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



ANEXO IX – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO X – TERMO DE REFERÊNCIA

Bom Repouso-MG /MG, 10 de Janeiro de 2025.

EDMILSON ANDRADE Prefeito Municipal de Bom Repouso-MG	Adriana de Fátima Brandão Cardoso Pregoeira/Agente de Contratação
---	---

ANEXO I (MODELO DE PROPOSTA)

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO – MG.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2025

(NOME, SEDE SOCIAL, INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF), por seu sócio-gerente/administrador abaixo-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar a seguinte proposta para licitação é o compromisso de fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL para atender as necessidades das escolas municipais e demais secretarias de Bom Repouso-MG, declarando estar de acordo com as disposições do Edital, Minuta de Contrato, referente à licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 006/2025 realizada pela Prefeitura Municipal de Bom Repouso, na modalidade de menor preço por item, conforme a seguinte relação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO	UND	QUANT	V.UNIT	V.TOTAL	MARCAS
1.	ACHOCOLATADO EM PÓ 400G. (Contendo: Açúcar, cacau, extrato de malte, sal, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas (A,B1, B2, B6, C, D3, e PP), estabilizante, lecitina de Soja e aromatizantes. CONTÉM GLÚTEN		PCT	3.400			Toddy, Nescau e Santa Amália
2.	AÇÚCAR CRISTAL Constituído fundamentalmente por sacarose de cana de açúcar, sólido, com cristais bem definidos brancos, sem impurezas, sem empedramento Pacote com 5 KG		PCT	2.250			Finazzi, Delta, Minasçúcar e Caeté
3.	AÇÚCAR REFINADO KG	263	KG	270			União, Mais Doce
4.	AMENDOIM		PCT	540			Hikari, Yoki e Santo



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



	– cru, descascado, livres de qualquer tipo de impurezas, sujidades e resíduos, pacote com 1 KG					Antônio
5.	AMIDO DE MILHO embalagem 500GR		UNID	250		Maisena, Santa Amália e Quero
6.	ARROZ polido, longo, fino, tipo I, sem impurezas. Deve apresentar coloração branca, grãos integros e soltos após o cozimento. Pacote com 05kg		PCT	2450		Streck, São Lucas, Prato Fino e Camil
7.	ATUM RALADO ao óleo LATA 170 GR		LAT	1.000		Coqueiro e Gomes da Costa
8.	BATATA PALHA pacote 500 G		KG	400		Point chips, Mr. Chips
9.	BISCOITO ÁGUA E SAL (Caixa com 20 pacotes de 360g)		CX	1.000		Bauduco, Marilan e Ninfa
10.	BISCOITO DE POLVILHO tradicional PAC. 150G	25407	PCT	800		/
11.	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA (Caixa com 20 pacote de 360g Cada)		CX	1.000		Bauduco, Marilan, e Ninfa
12.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA COCO PAC 400G	24857	UNI	3.150		Ninfa e Panco
13.	CAFÉ EM PÓ extra forte pacote com 500grs. Especificações: Torrado e moído. 100% arábica, forte, com selo de pureza ABIC.		PCT	3.350		Itaim, Toninho e Pelé
14.	CALDO DE CARNE E CALDO DE GALINHA 114 GR C/12 TABLETES		UN	540		Knorr, Maggi
15.	CANJICA de milho tipo I pacote com 500 g	1	PCT	805		Yoki, Hikari, Santo Antônio e Ouro Fino
16.	COCO RALADO PCTE 100 GRAMAS		PAC	975		Sococo, Pirambu e Maiscoco
17.	CREME DE LEITE - UHT, homogeneizado, que seja produzido a partir de creme de leite, leite em pó, espessante, estabilizantes, sem glúten, com mínimo de 17% de gordura.. Caixa com 200g.		UND	1.200		Nestlé, Parmalat e Itambé
18.	DOCE DE LEITE pastoso embalagem 800 GR	21252	UND	300		Itambé, Triangulo
19.	ERVILHA em conserva sachê com 200g. (Peso drenado). Ingredientes: Ervilhas, água, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLÚTEN		UNI	400		Fugini, Quero, Predilecta
20.	EXTRATO DE TOMATE concentrado 300GR		LAT	4.750		Elefante
21.	FARINHA DE MANDIOCA torrada, fina e seca, de primeira qualidade, livres de sujidades e parasitas.		PCT	400		Yoki, Sagrada Família, Santo Antônio e Santa Rita
22.	FARINHA DE MILHO - Produzida a partir da moagem do milho, em flocos grandes e crocantes, isenta de matéria terrosa e parasitos. Embalagem de 1 KG		PCT	700		Santo Antônio, Souza e Crispim
23.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL c/ fermento tipo 1 PCT 1 KG		PCT	2.850		SM, Rosa Branca e Dona Benta
24.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL sem fermento pac 1 KG		KG	4.750		SM, Rosa Branca e Dona Benta
25.	FEIJÃO CARIOCA, tipo 1, classe1, grupo cores. Constituído de grãos inteiros e sãos, isento de material terroso, sujidades, larvas, parasitos, e mistura de outras variedades e		KG	4.750		Felgran Nobre, Camil Pocam



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



	espécies. Embalagem 01 KG					
26.	FERMENTO BIOLÓGICO 500g. Ingredientes: Saccharomyces Cerevisiae		KG	50		Fleishman, Itaquara e Santa Amália
27.	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ Embalagem plástica com tampa de rosca de 250 gramas, composto de amido de milho, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não contem glúten.		UNID.	1.000		Royal
28.	FUBÁ MIMOSO Farinha de milho fina enriquecida com ferro e ácido fólico, rico em fibras e vitaminas B1,B6 e E pac.500 gr			600		Santo Antônio, Santa Rita, Sagrada Família
29.	GELATINA EM PÓ sabores variados 20 G		UN	2.100		Santa Amália, Royal, Drotker e Frutop
30.	GROSELHA frasco 1000 ML	21259	FR	200		
31.	IORGUTE LÍQUIDO sabor morango, frasco 170 GR	21260	FR	4.000		Nestlé, Danone e Paulista
32.	LEITE CÔCO embalagem 200 ML	24865	UNI	300		
33.	LEITE CONDENSADO 395g. Contendo: leite integral, açúcar e lactose.		UNI	550		Nestlé, Parmalat e Itambé
34.	LEITE EM PÓ integral 400 GR	23604	PCT	10.000		Nutril e Itambé
35.	LEITE INTEGRAL UHT LONGA VIDA. Leite de ótima qualidade, homogeneizado, que tenha recebido tratamento térmico especial UHT. Composto de leite integral e estabilizante	208	UNI	15.000		Cooper Rita, Itambé e Italac
36.	MACARRÃO de sêmola de trigo, enriquecido com ferro e acido fólico (Vitamina B9) e ovo, tipo espaguete, parafuso, ave maria. PACOTE 500 GR		PCT	4.750		Galo, Santa Amália, Parati e Renata
37.	MAIONESE embalagem 500 gr	27391	UNI	1.050		Hellmans, Arisco e Quero
38.	MARGARINA 500 gr Composta de óleos vegetais líquidos e emulsificados, água, sal, soro de leite, soro de manteiga, vitamina A, lecitina de Soja mono e diglicerídeos de ácidos graxos.	3031	UNID	950		Doriana, Delícia e Qualy
39.	MASSA PARA LAZANHA pré cozida embalagem 200G	24868	UNI	950		Renata, Petbom e Santa Amália
40.	MILHO PARA PIPOCA, classe amarelo, grupo duro, tipo 1, livre de impurezas, sujidades e parasitos. Embalagem 500g.		PAC	400		Yoki, Hikari, Santo Antônio e Ouro Fino
41.	Milho verde em conserva sachê com 200 g. Ingredientes: Milho verde, água, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLUTEN	21138	LAT	2150		Fugini, Quero, Predilecta
42.	MOLHO DE TOMATE - Deverá ser preparado com frutos maduros, selecionados, são, sem pele e sem sementes, envasados em recipientes hermeticamente fechados, estáveis à temperatura. Será tolerada a adição de 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio, e deverá estar isento de fermentação e corantes artificiais. ser produzido com os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sachê 300 gr		SACHÊ	1.600		Fugini, Quero e Predilecta
43.	ÓLEO REFINADO DE SOJA. Ingredientes: Óleo refinado de soja e antioxidante		UNID	3.700		Liza, Coamo, Cocamar e ABC



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



	ácido cítrico. Embalagem 900ml						
44.	PÃO DE FORMA 500G. Contendo: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, sal, emulsificantes mono e diglicerídeos De ácidos graxos, estabilizante lecitina de soja e conservador propionato de cálcio. Contém glúten.		UNI	900			Panco, Pullman e Nutrella
45.	POLVILHO AZEDO PCTE 1KG		PCT	500			Maxmil, Amafil e Três Corações
46.	PREPARADO EM PÓ PARA REFRESCO, 1KG	6421	PCT	500			Qualimax
47.	QUIRERINHA pac 500G	21263	PCT	200			Santo Antônio e Sagrada Família
48.	REFRIGERANTE GUARANÁ PET 2 LT	290	UNID	1.000			
49.	REQUEIJÃO Cremoso 200g.		UNI	200			Nestlé, Danone e Cooper Rita
50.	SAL IODADO refinado PAC 1KG		PCT	550			Cisne, Fino
51.	SARDINHA ao próprio sugo em óleo de soja e ômega 3, lata 250GR	12383	LAT	150			Gomes da Costa e Coqueiro
52.	TEMPERO PRONTO alho e sal - Sem pimenta. PCT1 KG	21264	UNID	400			Arisco, Maggi, Sabor AMI
53.	TRIGO PARA KIBE Grãos limpos, processados, tipo 1. Pacote com 500 g.		PCT	315			Yoki, Santo Antônio e Sagrada Família
54.	VINAGRE branco de álcool 900 ML	24874	UNID	102			Castelo, Quero, Toscano
VALOR TOTAL							

Declaro que a presente proposta terá a validade de 60 (sessenta) dias a contar da abertura do ENVELOPE PROPOSTA, comprometendo-me a mantê-la inalterável pelo referido período e demais condições conforme Edital.

Local e data

Atenciosamente,

(NOME E CNPJ DA LICITANTE)
(NOME, RG E CPF do Representante Legal ou Credenciado)

CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Prefeitura Municipal | 2021 - 2024



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



ANEXO II - MODELO DE TERMO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2025

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade de _____, estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu diretor (nome sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, SSP/____ e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistente fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº ____/____, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG, comprometendo-se a comunicar a eventual ocorrência desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma forma, DECLARA que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 3.8 do respectivo instrumento convocatório

Cidade/UF, _____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante da empresa

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

BOM REPOUSO
CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Prefeitura Municipal | 2021 - 2024



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



ANEXO – III.1

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2025

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____-_____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/____, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório.

Declara, ainda, ter conhecimento das condições estabelecidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente que comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza é infração passível de responsabilização.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante da empresa

BOM REPOUSO
CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



ANEXO – III.2

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ - _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/____, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal, os quais deverão ser comprovados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período - a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas

DECLARA também, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.

DECLARA ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), em sintonia com o Art. 4º da Lei Federal 14.133/21.

CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.

Prefeitura Municipal | 2021 - 2024

Cidade/UF, _____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante da empresa



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

ANEXO – IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2025

**MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À PROPOSTA ECONÔMICA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 63, § 1º DA LEI
FEDERAL Nº 14.133/21.**

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ - _____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade/UF, data _____ de _____ de 2024.

BOM REPOUSO
CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Nome e Assinatura do representante da empresa
Prefeitura Municipal | 2021 - 2024



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

ANEXO – V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____-_____, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Cidade/UF, data _____ de _____ de 2024.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



Nome e Assinatura do representante da empresa

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

ANEXO – VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Eu _____ (nome completo), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), DECLARO para os devidos fins que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

BOM REPOUSO
Cidade, _____ de _____ de 2024.
CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Prefeitura Municipal | 2021 - 2024

Nome e Assinatura do representante da empresa



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



BOM REPOUSO

CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Prefeitura Municipal | 2021 - 2024



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



ANEXO – VII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA

Declaro sob as penas de lei que a empresa _____ sediada na Rua (Av., Al., etc.) _____, cidade _____, estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____-_____, na qualidade de proponente do procedimento licitatório supra, instaurado pelo Município de Bom Repouso-MG /MG, não possui em seu quadro societário Servidor Público municipal da ativa.

Cidade/UF, __, de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante da empresa

BOM REPOUSO

CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

Prefeitura Municipal | 2021 - 2024



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



ANEXO – VIII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA / CONTRATO, OU PELO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Eu (nome completo), cargoportador(a) da Carteira de Identidade n° e do C.P.F. n° representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), declaro para os devidos fins, que assinarei a ata / contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.

E-MAIL PESSOAL:

E-MAIL PROFISSIONAL:

Cidade/MG, ____, de ____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante da empresa

BOM REPOUSO
CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



ANEXO IX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

O **MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO-MG**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 18.312.983/0001-67, com sede da Prefeitura, localizada na Alameda José Brandão, 348, Centro, Bom Repouso-MG/MG, neste instrumento representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edmilson Andrade, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº M-964.773 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 597.490.326-91, residente e domiciliado em Bom Repouso-MG/MG, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 006/2025, processo administrativo nº 007/2025, **RESOLVE registrar os preços** da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste instrumento representada por _____, _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) em _____, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUJEIÇÃO DAS PARTES

1.1 - As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, a qual será firmada por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

1.2 - Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL para atender à necessidade das escolas municipais e demais secretarias de Bom Repouso-MG, conforme especificado no Termo de Referência, anexo X [do edital de Licitação nº 006/2025], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, FORMAS E PRAZO DE ENTREGA E OBRIGAÇÕES

3.1. Dos preços, especificações e quantitativos

3.1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO	UND	QUANT	V.UNIT	V.TOTAL	MARCA
1.	ACHOCOLATADO EM PÓ 400G. (Contendo: Açúcar, cacau, extrato de malte, sal, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas (A,B1, B2, B6, C, D3, e PP), estabilizante, lecitina de Soja e aromatizantes. CONTÉM GLÚTEN	005.000.313	PCT	3.400			Toddy, Nescau e Santa Amália
2.	AÇÚCAR CRISTAL	005.000.314	PCT	2.250			Finazzi, Delta,



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



	Constituído fundamentalmente por sacarose de cana de açúcar, sólido, com cristais bem definidos brancos, sem impurezas, sem empedramento Pacote com 5 KG						Minasúcar e Caeté
3.	AÇUCAR REFINADO KG	005.000.156	KG	270			União, Mais Doce
4.	AMENDOIM – cru, descascado, livres de qualquer tipo de impurezas, sujidades e resíduos, pacote com 1 KG	005.000.315	PCT	540			Hikari, Yoki e Santo Antônio
5.	AMIDO DE MILHO embalagem 500GR	005.000.316	UNID	250			Maisena, Santa Amália e Quero
6.	ARROZ polido, longo, fino, tipo I, sem impurezas. Deve apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Pacote com 05kg	005.000.317	PCT	2450			Streck, São Lucas, Prato Fino e Camil
7.	ATUM RALADO ao óleo LATA 170 GR	005.000.318	LAT	1.000			Coqueiro e Gomes da Costa
8.	BATATA PALHA pacote 500 G	005.000.319	KG	400			Point chips, Mr. Chips
9.	BISCOITO ÁGUA E SAL (Caixa com 20 pacotes de 360g)	005.000.294	CX	1.000			Bauduco, Marilan e Ninfa
10.	BISCOITO DE POLVILHO tradicional PAC. 150G	005.000.294	PCT	800			
11.	BISCOITO DOCE TIPO MARIA (Caixa com 20 pacote de 360g Cada)	005.000.322	CX	3.150			Marilan e Ninfa
12.	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA (Caixa com 20 pacote de 360g Cada)	005.000.321	CX	1.000			Marilan e Ninfa
13.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA COCO PAC 400G	005.000.221	UNI	3.150			Ninfa e Panco
14.	CAFÉ EM PÓ extra forte pacote com 500grs. Especificações: Torrado e moído. 100% arábica, forte, com selo de pureza ABIC.	005.000.323	PCT	3.350			Itaim, Toninho e Pelé
15.	CALDO DE CARNE E CALDO DE GALINHA 114 GR C/12 TABLETES	005.000.324	UN	540			Knorr, Maggi
16.	CANJICA de milho tipo I pacote com 500 g	005.000.325	PCT	805			Yoki, Hikari, Santo Antônio e Ouro Fino
17.	COCO RALADO PCTE 100 GRAMAS	005.000.326	PAC	975			Sococo, Pirambu e Maiscoco
18.	CREME DE LEITE - UHT, homogeneizado, que seja produzido a partir de creme de leite, leite em pó, espessante, estabilizantes, sem glúten, com mínimo de 17% de gordura.. Caixa com 200g.	005.000.327	UND	1.200			Nestlé, Parmalat e Itambé
19.	DOCE DE LEITE pastoso embalagem 800 GR	005.000.288	UND	300			Itambé, Triangulo
20.	ERVILHA em conserva sachê com 200g. (Peso drenado).Ingredientes: Ervilhas, água, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLÚTEN	005.000.328	UNI	400			Fugini, Quero, Predilecta
21.	EXTRATO DE TOMATE concentrado 300GR	005.000.329	LAT	4.750			Elefante



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



22.	FARINHA DE MANDIOCA torrada, fina e seca, de primeira qualidade, livres de sujidades e parasitas.	005.000.330	PCT	400			Yoki, Sagrada Família, Santo Antônio e Santa Rita
23.	FARINHA DE MILHO - Produzida a partir da moagem do milho, em flocos grandes e crocantes, isenta de matéria terrosa e parasitos. Embalagem de 1 KG	005.000.331	PCT	700			Santo Antônio, Souza e Crispim
24.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL c/ fermento tipo 1 PCT 1 KG	005.000.332	PCT	2.850			SM, Rosa Branca e Dona Benta
25.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL sem fermento pac 1 KG	005.000.333	KG	4.750			SM, Rosa Branca e Dona Benta
26.	FEIJÃO CARIOCA, tipo 1, classe 1, grupo cores. Constituído de grãos inteiros e sãos, isento de material terroso, sujidades, larvas, parasitos, e mistura de outras variedades e espécies. Embalagem 01 KG	005.000.334	KG	4.750			Felgran Nobre, Camil Pocam
27.	FERMENTO BIOLÓGICO 500g. Ingredientes: Saccharomyces Cerevisiae	005.000.335	KG	50			Fleishman, Itaquare e Santa Amália
28.	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ Embalagem plástica com tampa de rosca de 250 gramas, composto de amido de milho, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não contem glúten.	005.000.336	UNID.	1.000			Royal
29.	FUBÁ MIMOSO Farinha de milho fina enriquecida com ferro e ácido fólico, rico em fibras e vitaminas B1, B6 e E pac. 500 gr	005.000.337	KG	600			Santo Antônio, Santa Rita, Sagrada Família
30.	GELATINA EM PÓ sabores variados 20 G	005.000.338	UN	2.100			Santa Amália, Royal, Drotker e Frutop
31.	GROSELHA frasco 1000 ML	005.000.305	FR	200			
32.	IORGUTE LÍQUIDO sabor morango, frasco 170 GR	005.000.339	FR	4.000			Nestlé, Danone
33.	LEITE CÔCO embalagem 200 ML	005.000.226	UNI	300			Socôco, menina e mais côco
34.	LEITE CONDENSADO 395g. Contendo: leite integral, açúcar e lactose.	005.000.340	UNI	550			Nestlé, Parmalat e Itambé
35.	LEITE EM PÓ integral 400 GR	005.000.293	PCT	10.000			Nutril, Itambé e Piracanjuba
36.	LEITE INTEGRAL UHT LONGA VIDA. Leite de ótima qualidade, homogeneizado, que tenha recebido tratamento térmico especial UHT. Composto de leite integral e estabilizante	005.000.005	UNI	15.000			Cooper Rita, Itambé e Italac
37.	MACARRÃO de sêmola de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico (Vitamina B9) e ovo, tipo espaguete, parafuso, ave maria. PACOTE 500 GR	005.000.341	PCT	4.750			Galo, Santa Amália, Parati e Renata



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



38.	MAIONESE embalagem 500 gr	057.000.342	UNI	1.050			Hellmans e Arisco
39.	MARGARINA 500 gr Composta de óleos vegetais líquidos e emulsificados, água, sal, soro de leite, soro de manteiga, vitamina A, lecitina de Soja mono e diglicerídeos de ácidos graxos.	005.000.128	UNID	950			Doriana, Delícia e Qualy
40.	MASSA PARA LAZANHA pré cozida embalagem 200G	005.000.229	UNI	950			Renata e Petbom
41.	MILHO PARA PIPOCA, classe amarelo, grupo duro, tipo 1, livre de impurezas, sujidades e parasitos. Embalagem 500g.	005.000.101	PAC	400			Yoki, Hikari, Santo Antônio e Ouro Fino
42.	Milho verde em conserva sachê com 200 g. Ingredientes: Milho verde, água, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLUTEM	005.000.343	LAT	2150			Fugini, Quero, Predilecta
43.	MOLHO DE TOMATE - Deverá ser preparado com frutos maduros, selecionados, são, sem pele e sem sementes, envasados em recipientes hermeticamente fechados, estáveis à temperatura. Será tolerada a adição de 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio, e deverá estar isento de fermentação e corantes artificiais. ser produzido com os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sachê 300 gr	005.000.344	SACHÊ	1.600			Fugini, Quero e Predilecta
44.	ÓLEO REFINADO DE SOJA. Ingredientes: Óleo refinado de soja e antioxidante ácido cítrico. Embalagem 900ml	005.000.345	UNID	3.700			Liza, Coamo, Cocamar e ABC
45.	PÃO DE FORMA 500G. Contendo: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, sal, emulsificantes mono e diglicerídeos De ácidos graxos, estabilizante lecitina de soja e conservador propionato de cálcio. Contém glúten.	005.000.346	UNI	900			Panco, Pullman e Newbread
46.	POLVILHO AZEDO PCTE 1KG	005.000.347	PCT	500			Maxmil, Amafil e Três Corações
47.	PREPARADO EM PÓ PARA REFRESCO, 1KG	005.000.348	PCT	500			Qualimax
48.	QUIRERINHA pac 500G	005.000.349	PCT	200			Santo Antônio e Sagrada Família
49.	REFRIGERANTE GUARANÁ PET 2 LT	005.000.350	UNID	1.000			It, kuat
50.	REQUEIJÃO Cremoso 200g.	005.000.351	UNI	200			Nestlé, Danone e Cooper Rita
51.	SAL IODADO refinado PAC 1KG	005.000.352	PCT	550			Cisne, Fino
52.	SARDINHA ao próprio sugo em óleo de soja e ômega 3, lata 250GR	005.000.353	LAT	150			Gomes da Costa e Coqueiro
53.	TEMPERO PRONTO alho e sal - Sem pimenta. PCT1 KG	005.000.354	UNID	400			Arisco, Maggi, Sabor AMI
54.	TRIGO PARA KIBE Grãos limpos, processados, tipo 1. Pacote com 500 g.	005.000.355	PCT	315			Yoki, Santo Antônio e Sagrada Família
55.	VINAGRE branco de álcool 900 ML	005.000.356	UNID	102			Castelo,



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



							Quero, Toscano
VALOR TOTAL R\$							

3.1.2. Do valor total: R\$

3.2. Da Forma e prazo de entrega

3.2.1. Os produtos serão entregues SEMANALMENTE nas escolas municipais de Bom Repouso-MG (zona Rural e urbana), no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, conforme a programação elaborada pela nutricionista do município ou no local indicado na Ordem de Compra;

3.2.2. A entrega deverá ser realizada em carro refrigerado;

3.2.3. Não haverá quantidade mínima para a entrega.

3.2.4. Os pedidos serão realizados conforme a necessidade de cada unidade escolar ou Secretaria e conforme o cardápio.

3.2.5. O recebimento será realizado por funcionário responsável de cada Secretaria.

3.2.6. Os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL deverão ser de boa qualidade.

3.2.7. Todos os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL deverão conter na embalagem o número do registro no órgão competente (SIF, SIE ou SIM) e deverão estar isentas de:

- Sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.
- Parasitos, larvas ou outros animais nos produtos e embalagens.
- Umidade externa anormal.
- Odor e sabor estranhos.

3.2.8. Os produtos deverão ser entregues em embalagem plástica, resistente e atóxica.

3.2.9. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.

3.2.10. Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados na Ordem de Compra; 3.2.10.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

3.2.10.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 5 (cinco) dias do recebimento provisório.

3.2.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.2.12. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta.

3.2.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

3.3. Das obrigações

3.3.1 Da Contratante

3.3.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

3.3.1.2. Aplicar penalidades, quando for o caso;

3.3.1.3. Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Ata;

3.3.1.4. Informar a contratada eventuais defeitos, identificados mesmo após o recebimento e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.

3.3.1.5. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;

3.3.1.6. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitado pela CONTRATADA;

3.3.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

3.3.1.5. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

3.3.2. Da Contratada

3.3.2.1. Providenciar, se necessário, qualquer documento de desembaraço para instalação junto aos órgãos competentes;

3.3.2.2. Cumprir fielmente todas as condições contratuais estabelecidas;

3.3.2.3. Manter durante a execução do CONTRATO todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, em especial a sua regularidade fiscal;



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



- 3.3.2.4. Divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto do CONTRATO, que envolva o nome da Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG, somente com expressa autorização desta;
- 3.3.2.5. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG;
- 3.3.2.6. Não alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento após verificação das especificações constantes deste Termo de Referência, e arcar com quaisquer ônus decorrentes desses fatos;
- 3.3.2.7 - Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações contidas no Edital;
- 3.3.2.8 - Pelo não cumprimento deste item, o bem será tido como não entregue, aplicando-se as sanções adiante estipuladas para o caso de inadimplemento;
- 3.3.2.9 - Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas qualquer gênero alimentício que apresente alguma característica organoléptica alterada;
- 3.3.2.10 - Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os gêneros não atenderem as condições do edital;
- 3.3.2.11 - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega, e se for o caso a substituição dos produtos;
- 3.3.2.12 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos;
- 3.3.2.13 - Comunicar à Prefeitura, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na aquisição dos produtos objetivados na presente licitação;
- 3.3.2.14- O (A) Contratado (a) fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes no Decreto Municipal nº 1.702, de 29 de setembro de 2023, na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 alterada pela instrução normativa RFB n.º 2145, de 26 de junho de 2023, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal, os seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:
- a - os órgãos da Administração Pública Municipal Direta;
- b - as autarquias;
- c - as fundações municipais;
- 3.3.2.15- Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte, os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e artigo 3º do Decreto Municipal n. 1.702 de 29 de setembro de 2023.
- 3.3.2.16- A condição de imunidade e isenção das Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e das Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 será declarada pela entidade apresentando documento constante nos anexos do Decreto Municipal 1.702/2023, ambos em conformidade com a Instrução Normativa RFB N°1234 de 11 de janeiro de 2012.
- 3.3.2.17- A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares, bem como na apresentação de declaração, modelo constante no Anexo II do Decreto Municipal n. 1.702/2023 e artigo 59, §49, alínea "a" da Resolução CGSN nº 140/201.

CLÁUSULA QUARTA - ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

- 4.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG.
- 4.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 5.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 5.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 5.1.

5.6. Dos limites para as adesões

5.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.6.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 5.6.

5.6.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Vedação a acréscimo de quantitativos

5.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



- 6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
- 6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial do município.
- 6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 7.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. ~~As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.~~

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável; ou



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três (03) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Bom Repouso-MG, _____ de _____ de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO-MG
EDMILSON ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA

Prefeitura Municipal | 2021 - 2024

TESTEMUNHAS



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



Nome: _____
CPF: _____

Nome : _____
CPF: _____



BOM REPOUSO

CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Prefeitura Municipal | 2021 - 2024



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



ANEXO X - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO:

Registro de preço para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL para atender à necessidade das escolas municipais e demais secretarias de Bom Repouso-MG. Estabelecem também normas gerais e específicas sobre a entrega dos produtos, forma de pagamento e especificações.

2- DESCRIÇÃO DETALHADA:

O objeto a ser contratado é aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL para atender a necessidade das escolas municipais e demais secretarias do Município.

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO	UND	QUANT	V.UNIT	V.TOTAL	MARCA
56.	ACHOCOLATADO EM PÓ 400G. (Contendo: Açúcar, cacau, extrato de malte, sal, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas (A,B1, B2, B6, C, D3, e PP), estabilizante, lecitina de Soja e aromatizantes. CONTÉM GLÚTEN	005.000.313	PCT	3.400	9,55	32.470,00	Toddy, Nescau e Santa Amália
57.	AÇÚCAR CRISTAL Constituído fundamentalmente por sacarose de cana de açúcar, sólido, com cristais bem definidos brancos, sem impurezas, sem empedramento Pacote com 5 KG	005.000.314	PCT	2.250	19,61	44.122,50	Finazzi, Delta, Minasúcar e Caeté
58.	AÇÚCAR REFINADO KG	005.000.156	KG	270	4,93	1.331,10	União, Mais Doce
59.	AMENDOIM – cru, descascado, livres de qualquer tipo de impurezas, sujidades e resíduos, pacote com 1 KG	005.000.315	PCT	540	17,47	9.433,80	Hikari, Yoki e Santo Antônio
60.	AMIDO DE MILHO embalagem 500GR	005.000.316	UNID	250	11,06	2.765,00	Maisena, Santa Amália e Quero
61.	ARROZ polido, longo, fino, tipo I, sem impurezas. Deve apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Pacote com 05kg	005.000.317	PCT	2450	31,60	77.420,00	Streck, São Lucas, Prato Fino e Camil
62.	ATUM RALADO ao óleo LATA 170 GR	005.000.318	LAT	1.000	10,24	10.240,00	Coqueiro e Gomes da Costa
63.	BATATA PALHA pacote 500 G	005.000.319	KG	400	17,62	7.048,00	Point chips, Mr. Chips
64.	BISCOITO ÁGUA E SAL (Caixa com 20 pacotes de 360g)	005.000.294	CX	1.000	5,36	5.360,00	Bauduco, Marilan e Ninfa
65.	BISCOITO DE POLVILHO tradicional PAC. 150G	005.000.294	PCT	800	7,93	6.344,00	
66.	BISCOITO DOCE TIPO MARIA (Caixa com 20 pacote de 360g Cada)	005.000.322	CX	3.150	6,29	19.813,50	Marilan e Ninfa
67.	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA (Caixa com 20 pacote de 360g Cada)	005.000.321	CX	1.000	6,29	6.290,00	Marilan e Ninfa
68.	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA COCO PAC 400G	005.000.221	UNI	3.150	8,39	26.428,50	Ninfa e Panco
69.	CAFÉ EM PÓ extra forte pacote com 500grs. Especificações: Torrado e moído. 100% arábica,	005.000.323	PCT	3.350	22,33	74.805,50	Itaim, Toninho e Pelé



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



	forte, com selo de pureza ABIC.						
70.	CALDO DE CARNE E CALDO DE GALINHA 114 GR C/12 TABLETES	005.000.324	UN	540	3,91	2.111,40	Knorr, Maggi
71.	CANJICA de milho tipo I pacote com 500 g	005.000.325	PCT	805	7,16	5.763,80	Yoki, Hikari, Santo Antônio e Ouro Fino
72.	COCO RALADO PCTE 100 GRAMAS	005.000.326	PAC	975	6,08	5.928,00	Sococo, Pirambu e Maiscoco
73.	CREME DE LEITE - UHT, homogeneizado, que seja produzido a partir de creme de leite, leite em pó, espessante, estabilizantes, sem glúten, com mínimo de 17% de gordura.. Caixa com 200g.	005.000.327	UND	1.200	4,06	4.872,00	Nestlé, Parmalat e Itambé
74.	DOCE DE LEITE pastoso embalagem 800 GR	005.000.288	UND	300	18,00	5.400,00	Itambé, Triangulo
75.	ERVILHA em conserva sachê com 200g. (Peso drenado). Ingredientes: Ervilhas, água, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLÚTEN	005.000.328	UNI	400	5,18	2.072,00	Fugini, Quero, Predilecta
76.	EXTRATO DE TOMATE concentrado 300GR	005.000.329	LAT	4.750	6,86	32.585,00	Elefante
77.	FARINHA DE MANDIOCA torrada, fina e seca, de primeira qualidade, livres de sujidades e parasitas.	005.000.330	PCT	400	4,97	1.988,00	Yoki, Sagrada Família, Santo Antônio e Santa Rita
78.	FARINHA DE MILHO - Produzida a partir da moagem do milho, em flocos grandes e crocantes, isenta de matéria terrosa e parasitos. Embalagem de 1 KG	005.000.331	PCT	700	7,76	5.432,00	Santo Antônio, Souza e Crispim
79.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL c/ fermento tipo 1 PCT 1 KG	005.000.332	PCT	2.850	6,29	17.296,50	SM, Rosa Branca e Dona Benta
80.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL sem fermento pac 1 KG	005.000.333	KG	4.750	5,66	26.885,00	SM, Rosa Branca e Dona Benta
81.	FEIJÃO CARIOCA, tipo 1, classe1, grupo cores. Constituído de grãos inteiros e sãos, isento de material terroso, sujidades, larvas, parasitos, e mistura de outras variedades e espécies. Embalagem 01 KG	005.000.334	KG	4.750	8,22	39.045,00	Felgran Nobre, Camil Pocam
82.	FERMENTO BIOLÓGICO 500g. Ingredientes: Saccharomyces Cerevisiae	005.000.335	KG	50	9,47	473,50	Fleishman, Itaquare e Santa Amália
83.	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ Embalagem plástica com tampa de rosca de 250 gramas, composto de amido de milho, fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Não contem glúten.	005.000.336	UNID.	1.000	9,84	9.840,00	Royal
84.	FUBÁ MIMOSO Farinha de milho fina enriquecida com ferro e ácido fólico, rico em fibras e vitaminas B1,B6 e E pac.500 gr	005.000.337	KG	600	7,36	4.416,00	Santo Antônio, Santa Rita, Sagrada Família
85.	GELATINA EM PÓ sabores variados 20 G	005.000.338	UN	2.100	1,69	3.549,00	Santa Amália, Royal, Drotker



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



							e Frutop
86.	GROSELHA frasco 1000 ML	005.000.305	FR	200	13,58	2.716,00	
87.	IORGUTE LÍQUIDO sabor morango, frasco 170 GR	005.000.339	FR	4.000	3,96	15.840,00	Nestlé, Danone
88.	LEITE CÔCO embalagem 200 ML	005.000.226	UNI	300	5,98	1.794,00	Socôco, menina e mais côco
89.	LEITE CONDENSADO 395g. Contendo: leite integral, açúcar e lactose.	005.000.340	UNI	550	7,59	4.174,50	Nestlé, Parmalat e Itambé
90.	LEITE EM PÓ integral 400 GR	005.000.293	PCT	10.000	16,32	163.200,00	Nutril, Itambé e Piracanjuba
91.	LEITE INTEGRAL UHT LONGA VIDA. Leite de ótima qualidade, homogêneo, que tenha recebido tratamento térmico especial UHT. Composto de leite integral e estabilizante	005.000.005	UNI	15.000	4,84	72.600,00	Cooper Rita, Itambé e Italac
92.	MACARRÃO de sêmola de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico (Vitamina B9) e ovo, tipo espaguete, parafuso, ave maria. PACOTE 500 GR	005.000.341	PCT	4.750	4,23	20.092,50	Galo, Santa Amália, Parati e Renata
93.	MAIONESE embalagem 500 gr	057.000.342	UNI	1.050	9,72	10.206,00	Hellmans e Arisco
94.	MARGARINA 500 gr Composta de óleos vegetais líquidos e emulsificadores, água, sal, soro de leite, soro de manteiga, vitamina A, lecitina de Soja mono e diglicerídeos de ácidos graxos.	005.000.128	UNID	950	7,35	6.982,50	Doriana, Delícia e Qualy
95.	MASSA PARA LAZANHA pré cozida embalagem 200G	005.000.229	UNI	950	6,33	6.013,50	Renata e Petbom
96.	MILHO PARA PIPOCA, classe amarelo, grupo duro, tipo 1, livre de impurezas, sujidades e parasitos. Embalagem 500g.	005.000.101	PAC	400	5,21	2.084,00	Yoki, Hikari, Santo Antônio e Ouro Fino
97.	Milho verde em conserva sachê com 200 g. Ingredientes: Milho verde, água, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLUTEN	005.000.343	LAT	2150	3,08	6.622,00	Fugini, Quero, Predilecta
98.	MOLHO DE TOMATE - Deverá ser preparado com frutos maduros, selecionados, são, sem pele e sem sementes, envasados em recipientes hermeticamente fechados, estáveis à temperatura. Será tolerada a adição de 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio, e deverá estar isento de fermentação e corantes artificiais. ser produzido com os ingredientes: tomate, açúcar e sal. Sachê 300 gr	005.000.344	SACHÊ	1.600	1,82	2.912,00	Fugini, Quero e Predilecta
99.	ÓLEO REFINADO DE SOJA. Ingredientes: Óleo refinado de soja e antioxidante ácido cítrico. Embalagem 900ml	005.000.345	UNID	3.700	7,82	28.934,00	Liza, Coamo, Cocamar e ABC
100.	PÃO DE FORMA 500G. Contendo: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, sal, emulsificantes mono e diglicerídeos De ácidos graxos, estabilizante lecitina de soja e conservador propionato de cálcio. Contém glúten.	005.000.346	UNI	900	9,36	8.424,00	Panco, Pullman e Newbread
101.	POLVILHO AZEDO PCTE 1KG	005.000.347	PCT	500	11,92	5.960,00	Maxmil, Amafil e Três Corações



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



102	PREPARADO EM PÓ PARA REFRESCO, 1KG	005.000.348	PCT	500	75,93	37.965,00	Qualimax
103	QUIRERINHA pac 500G	005.000.349	PCT	200	4,26	852,00	Santo Antônio e Sagrada Família
104	REFRIGERANTE GUARANÁ PET 2 LT	005.000.350	UNID	1.000	8,06	8.060,00	It, kuat
105	REQUEIJÃO Cremoso 200g.	005.000.351	UNI	200	9,96	1.992,00	Nestlé, Danone e Cooper Rita
106	SAL IODADO refinado PAC 1KG	005.000.352	PCT	550	1,80	990,00	Cisne, Fino
107	SARDINHA ao próprio sugo em óleo de soja e ômega 3, lata 250GR	005.000.353	LAT	150	11,59	1.738,50	Gomes da Costa e Coqueiro
108	TEMPERO PRONTO alho e sal - Sem pimenta. PCT1 KG	005.000.354	UNID	400	16,66	6.664,00	Arisco, Maggi, Sabor AMI
109	TRIGO PARA KIBE Grãos limpos, processados, tipo 1. Pacote com 500 g.	005.000.355	PCT	315	6,19	1.949,85	Yoki, Santo Antônio e Sagrada Família
110	VINAGRE branco de álcool 900 ML	005.000.356	UNID	102	4,06	414,12	Castelo, Quero, Toscano
VALOR TOTAL						911.399,57	

3 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A realização desta licitação se justifica pela necessidade de aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL para atender a necessidade das Secretarias Municipais.

A presença de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL no cardápio das escolas contribuem para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do município de Bom Repouso-MG, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias.

4- FORMA E PRAZO:

- 4.1- Providenciar, se necessário, qualquer documento de desembaraço para execução junto aos órgãos competentes;
- 4.2- Não alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento após verificação das especificações constantes deste Termo de Referência, e arcar com quaisquer ônus decorrentes desses fatos.
- 4.3- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, salvo manifestação formal em contrário das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta dias) do seu vencimento.

5- PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1- O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

5.1.1. GESTORES DO CONTRATO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



ELIZANDRA DE PAULA ANDRADE DAVATZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Nome: RENÊ GONÇALVES DA SILVA.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Nome: KELLEY KAROLINE RODRIGUES OLIVEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Nome: TALITA BERTOLACINI DE ALMEIDA PEREIRA

5.1. 2. FISCAIS DO CONTRATO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Nome: PAULO HENRIQUE DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Nome: FABÍOLA APARECIDA BRANDÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Nome: LAÍS BRANDÃO ANDRADE MARQUES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Nome: VIVIANE APARECIEDA DOS SANTOS

5.2- Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade de renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

5.3- Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.



5.4- O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.5- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6 - DOCUMENTAÇÃO:

6.1. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme definido pela Divisão de Compras e Almoxarifado e/ou pela Superintendência de Licitação e Contrato.

6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a - Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da proponente para o fornecimento do objeto licitado, que comprove atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto licitado.

7- OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 7.1 - Receber os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL conforme especificado no Edital;
- 7.2 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- 7.3 - Aplicar penalidades, quando for o caso;
- 7.4 - Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Ata;
- 7.5 - Informar a contratada eventuais defeitos, identificados mesmo após o recebimento e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.
- 7.6- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
- 7.7- Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitado pela CONTRATADA;
- 7.8- Rejeitar, no todo ou em parte, os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 7.9- Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 7.2.1- Providenciar, se necessário, qualquer documento de desembaraço para instalação junto aos órgãos competentes;
- 7.2.2. Cumprir fielmente todas as condições contratuais estabelecidas;
- 7.2.3. Manter durante a execução do CONTRATO todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, em especial a sua regularidade fiscal;
- 7.2.4. Divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto do CONTRATO, que envolva o nome da Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG, somente com expressa autorização desta;
- 7.2.5. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG;
- 7.2.6. Não alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento após verificação das especificações constantes deste Termo de Referência, e arcar com quaisquer ônus decorrentes desses fatos;
- 7.2.7 - Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações contidas no Edital;
- 7.2.8 - Pelo não cumprimento deste item, o bem será tido como não entregue, aplicando-se as sanções adiante estipuladas para o caso de inadimplemento;
- 7.2.9 - Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas qualquer gênero alimentício que apresente alguma característica organoléptica alterada;
- 7.2.10 - Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os gêneros não atenderem as condições do edital;



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



- 7.2.11 - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega, e se for o caso a substituição dos produtos;
7.2.12 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos;
7.2.13 - Comunicar à Prefeitura, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na aquisição dos produtos objetivados na presente licitação;

7.2.14- O (A) Contratado (a) fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes no Decreto Municipal nº 1.702, de 29 de setembro de 2023, na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 alterada pela instrução normativa RFB n.º 2145, de 26 de junho de 2023, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal, os seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:

a - os órgãos da Administração Pública Municipal Direta;

b - as autarquias;

c - as fundações municipais;

7.2.15- Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte, os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e artigo 3º do Decreto Municipal n. 1.702 de 29 de setembro de 2023.

7.2.16- A condição de imunidade e isenção das Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e das Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 será declarada pela entidade apresentando documento constante nos anexos do Decreto Municipal 1.702/2023, ambos em conformidade com a Instrução Normativa RFB N°1234 de 11 de janeiro de 2012.

7.2.17- A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares, bem como na apresentação de declaração, modelo constante no Anexo II do Decreto Municipal n. 1.702/2023 e artigo 59, §49, alínea "a" da Resolução CGSN nº 140/201.

8- CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:

8.1- O preço deverá ser cotado considerando-se o serviço/entrega, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios;

8.2 – Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, em numeral, com 02 (duas) casas decimais.

8.3 – O preço de aquisição será o preço médio pesquisado, no mínimo, três mercados em âmbito local, territorial, estadual, nacional, nessa ordem.

8.4- O critério usado para esta licitação será:

8.4.1- O critério utilizado será o menor preço por item, apresentado na proposta.

9-SANÇÕES APLICÁVEIS:

9.1- Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, comete infração administrativa o licitante ou contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2- Para os responsáveis pela prática das infrações administrativas previstas no item acima serão aplicadas as sanções administrativas: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Bom Repouso-MG e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 9.3- ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.
- 9.4- MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do Pregão Eletrônico e compreenderá:
- (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 9.5- Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Município poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual.
- 9.6- Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.
- 9.7- Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o Município inscreverá o valor em dívida ativa.
- 9.8- IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Município de Bom Repouso-MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
- 9.9- DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.
- 9.10- É admitida a reabilitação da credenciada perante o Município, exigidos, cumulativamente:
- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



- 9.11- Além das penalidades citadas, a(s) CONTRATADA ficará (ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição (ões) no Cadastro de Fornecedores do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
- 9.12- Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração, a(s) CONTRATADA(S), conforme o caso, ficará (ão) isentas das penalidades mencionadas.
- 9.13- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 9.14- Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

10-DO PAGAMENTO

10.1- A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Bom Repouso-MG /MG, somente quando solicitada pela Divisão de Contratos, oportunidade em que deverá indicar, na nota fiscal, o código de serviço adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação.

10.2- O atesto do gestor na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento desta.

10.3- A CONTRATADA deverá realizar as devidas retenções na Nota Fiscal, no que couber.

10.4- A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;

III - comprovante da regularidade para com o FGTS;

IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

10.5- Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

II – será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória;

10.6- A Prefeitura compromete-se a efetuar o pagamento até o 30º (trigésimo) dia a partir da apresentação da nota fiscal à Divisão de Compras, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

10.7- No caso do não pagamento da nota fiscal até o 30º (trigésimo) dia, por culpa exclusiva do Município, será efetuada a atualização monetária do 31º (trigésimo primeiro) dia até a datada efetiva quitação, para tanto fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada pro rata die, em observância ao que dispõem a Lei n. 14.133/2021;

10.8- Ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes no Decreto Municipal n.º 1702/2023, na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal, os seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:

I - os órgãos da Administração Pública Municipal Direta;

II - as autarquias;

III - as fundações municipais;

10.9- Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte, os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e artigo 3º do Decreto Municipal n.º 1702 de 29 de setembro de 2023.

10.10- A condição de imunidade e isenção das Instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei n.º 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e das Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei n.º 9.532, de 1997 será declarada pela entidade apresentando documento constante nos anexos I e II do Decreto Municipal n.º 1702/2023, ambos em conformidade com a Instrução Normativa RFB N.º 1234 de 11 de janeiro de 2012.

10.11- A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" nos termos do artigo 59, §49, alínea "a" da Resolução CGSN n.º 140/2018.

10.12- Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal 1.873 de 01 de setembro de 2023, sob pena de não aceitação.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



11 – AMOSTRAS

11.1. Serão exigidas amostras de todos os itens dos licitantes provisoriamente classificados em primeiro lugar, para fins de verificação da compatibilidade com as especificações exigidas.

11.2. Os participantes vencedores do certame deverão apresentar amostras com as especificações contidas no termo de referência em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação da pregoeira, sob pena de inabilitação, no Alameda José Brandão, 348, Centro, Bom Repouso-MG, Minas Gerais, CEP: 37.610.000, no horário das 13:00 às 17:00.

11.2.1. Serão solicitadas amostras para todos os itens.

11.2.2. Pela marca apresentada do produto na proposta comercial da empresa, se está já tiver sido utilizada pela administração municipal, a amostra poderá ser dispensada, ficando a critério das Secretarias requerentes a necessidade de apresentação.

11.3. As amostras serão analisadas pelos fiscais e pelos gestores do contrato.

11.3.1. Será considerada aprovada a amostra que atender a todos os critérios de qualidade exigidos nesse Termo.

11.3.2. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, número do Pregão, número do lote ou item, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, a saber: **data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo.**

11.3.3. Caso na embalagem não consta as especificações, a ficha técnica do produto deverá ser enviada junto com a amostra. Não será permitido envio de ficha técnica após o prazo da entrega das amostras;

11.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados (podem ser abertos, testados etc.), bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.

11.5. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, se for o caso.

11.6. Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido, mediante Laudo Técnico de análise das amostras expedido pelo setor requisitante.

11.7. Dependendo do caso e visando a necessidade de simplificar o procedimento, poderá ser admitida apresentação de AMOSTRA(S) contendo pelo menos uma quantidade de cada unidade constitutiva do item ou lote.

11.8. Em caso de desclassificação da proposta vencedora serão solicitadas as amostras do segundo colocado e assim sucessivamente obedecida à ordem de classificação.

11.9. As amostras porventura apresentadas poderão ser retiradas pelos interessados até **30 (trinta) dias** após a conclusão do procedimento licitatório, (homologação, revogação ou anulação). Decorrido esse prazo não mais poderão ser reclamação.

12 – LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS:

Os produtos serão entregues SEMANALMENTE nas escolas municipais de Bom Repouso-MG, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, conforme a programação elaborada pela nutricionista do município ou no local indicado na autorização de fornecimento. A entrega deverá ser realizada em carro refrigerado. Não haverá quantidade mínima para a entrega. Os pedidos serão realizados conforme a necessidade de cada unidade escolar ou Secretaria e conforme o cardápio.

ITEM	LOGRADOUROS	ENDEREÇO
01	Escola Municipal: Escola Municipal Prefeito Atilio da Silva Brandão	Rua: Prefeito Elias José de Andrade, 460 – Centro – Bom Repouso - MG



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



		Fone: (35)3949- 0529
02	<u>CEMEI - Maria José Brandão</u>	Rua: Benedito Miguel de Oliveira, nº 06, Centro, Bom Repouso - MG Fone: (35) 3949 0528
03	<u>DEMAIS SECRETARIAS</u>	LOCAL INDICADO NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

- Local indicado na autorização de fornecimento.

13 – PRAZO DE ENTREGA

Os produtos deverão ser entregues semanalmente em cada escola (zona Rural e urbana) ou no local indicado na autorização de fornecimento e de acordo com o cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Educação e demais setores .

14 – RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1- O recebimento será realizado por funcionário responsável de cada Secretaria.

14.2 – Os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL deverão ser de boa qualidade.

14.3 – Todos os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL deverão conter na embalagem o número do registro no órgão competente (SIF, SIE ou SIM).

14.5 - Deverão estar isentas de:

- Sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.

- Sem parasitos, larvas ou outros animais nos produtos e embalagens.

- Sem umidade externa anormal.

- Isentas de odor e sabor estranhos.

14.6 – Os produtos deverão ser entregues em embalagem plástica, resistente e atóxica.

15 - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.1 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.

16 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1 - As despesas deste processo correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes:

- Administração Ficha – 0036 – 02.03.01.04.122.0001.2.004.339030

- Educação: Ficha: 0280 – 02.05.03.12.361.0006.2.030.339030

- Educação: Ficha: 0281 – 02.05.03.12.361.0006.2.030.339030



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



- Educação: Ficha: 0282 – 02.05.03.12.361.0006.2.030.339030
- Educação: Ficha: 0283 – 02.05.03.12.365.0006.2.027.339030
- Educação: Ficha: 0284 – 02.05.03.12.365.0006.2.027.339030
- Educação: Ficha: 0285 – 02.05.03.12.365.0006.2.027.339030
- Educação: Ficha: 0286 – 02.05.03.12.365.0006.2.028.339030
- Educação: Ficha: 0287 – 02.05.03.12.365.0006.2.028.339030
- Educação: Ficha: 0288 – 02.05.03.12.365.0006.2.028.339030
- Educação: Ficha: 0289 – 02.05.03.12.365.0006.2.029.339030
- Educação: Ficha: 0290 – 02.05.03.12.365.0006.2.029.339030
- Educação: Ficha: 0291 – 02.05.03.12.365.0006.2.035.339030
- Educação: Ficha: 0292 – 02.05.03.12.365.0006.2.035.339030
- Saúde: Ficha: 0344 – 02.06.01.10.301.0009.1.034.339030
- Assistência Social: Ficha: - 0441 - 02.07.01.08.244.0010.20.49.339030

17 - ORIGEM DOS RECURSOS:

- (x) Federal;
- () Estadual;
- (x) Recursos próprios.

Bom Repouso-MG, 27 de fevereiro de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ELIZANDRA DE PAULA ANDRADE DAVATZ

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Nome: RENÊ GONÇALVES DA SILVA.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Nome: LAÍS BRANDÃO ANDRADE MARQUES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



Nome: KELLEY KAROLINE RODRIGUES OLIVEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO – MG. Aviso de Licitação. Processo Licitatório 007/2025. Pregão Eletrônico 006/2025, no BBMNET – Bolsa Brasileira de Mercadorias - Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios em geral para atender as necessidades dos diversos setores da Prefeitura de Bom Repouso. Edital completo e realização através do site: <https://novobbmnet.com.br/>. A abertura das “propostas de preços” e o início da sessão de disputa de preços será às 09h00min do dia 24/01/2025, horário de Brasília - DF. Consulta ao Edital no sítio bomrepouso.mg.gov.br. Edmilson Andrade – Prefeito Municipal

BOM REPOUSO

CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Prefeitura Municipal | 2021 - 2024



MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO - MG



CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que o Instrumento Convocatório correspondente ao Processo de Licitação nº 007/2025, Pregão Eletrônico nº 006/2025, foi publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bom Repouso, nesta data, em conformidade com o art. 193 da Lei Orgânica Municipal c/c art. 54 da Lei Federal nº 14.133/21.

O referido é verdade e dou fé.

Bom Repouso, 10 de Janeiro de 2025.

Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Diretora do Departamento de Materiais

BOM REPOUSO

CAPITAL NACIONAL DO MORANGO

Prefeitura Municipal | 2021 - 2024